ESTATUTO

Capítulo I

DA DENOMINAÇÃO, NATUREZA, SEDE, FINS E DURAÇÃO

Art. 1. A Associação PIPA (e rabiola), é uma associação civil de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com sede e foro na cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, sito na Rua Eurico de Aguiar,130, Sala 1210, Ed. Blue Chip, Praia de Santa Helena, CEP: 29055-045, regendo-se pelo presente Estatuto e legislação que lhe for aplicável.

Art. 2. A Associação PIPA (e rabiola) tem por finalidade executar projetos que visam apoiar e elaborar ações e pesquisas nas áreas social, educacional e clínica, tendo como orientação a Psicanálise de Orientação Lacaniana da AMP - Associação Mundial de Psicanálise, na investigação do Autismo, objetivando instrumentalizar educadores, pais, cuidadores, psicólogos, e demais campos de saber e profissionais no contexto dos autistas.

Art. 3. A Associação PIPA (e rabiola) tem como objetivos maiores e finais:

- I. investigar e ensinar sobre os autismos;
- II. estabelecer relações e manter o intercâmbio de experiências com profissionais de diversos saberes, interessados na pesquisa do Autismo;
- III. celebrar convênios, acordos e/ou parcerias com instituições públicas e/ou privadas, nacionais ou internacionais visando ao intercâmbio de pesquisa teórico-clínica do Autismo.

Parágrafo Único – A Associação PIPA (e rabiola) não distribui, entre os seus associados, conselheiros, diretores, funcionários ou doadores eventuais excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, bonificações, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e os aplica integralmente na consecução do seu objetivo.

Art. 4. No desenvolvimento de suas atividades, a Associação observará os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e não fará qualquer discriminação de raça, cor, gênero ou religião. A Associação PIPA (e rabiola) é laica e apartidária.

Parágrafo Único – A Associação PIPA (e rabiola) se dedica às suas atividades por meio de:

- I. realização de leituras comentadas por meio de clubes do livro sobre o Autismo;
- II. promoção de materiais referentes aos clubes do livro;
- III. produção e publicação de artigos, periódicos, livros e documentários;
- IV. venda de publicações, tais como: artigos, periódicos, livros, documentários e resultados das atividades ou de outros serviços que prestar;
- V. promoção de atividades científicas, conferências, simpósios e congressos;
- VI. capacitação teórico-clínica para profissionais por meio de seminários, grupos de estudo, supervisões, aulas e cursos presenciais e/ou online;
- VII. exibição de filmes e documentários;

VIII. oferta de tratamento clínico aos autistas e acompanhamento de seus familiares.

Art. 5. A Associação PIPA (e rabiola) terá um Regimento Interno que, aprovado pela Assembleia, disciplinará o seu funcionamento.

Art. 6. A fim de cumprir sua(s) finalidade(s), a Associação organizar-se-á em tantas unidades quantas se fizerem necessárias, as quais serão regidas por este Estatuto.

Capítulo II

DOS ASSOCIADOS

Art. 7. O quadro social da Associação PIPA (e rabiola) será composto de número ilimitado de associados, pessoas físicas e/ou jurídicas, admitidos em Assembleia Geral Extraordinária para o exercício de direitos e deveres em igualdade de condições.

Art. 8. Os associados distribuem-se nas seguintes categorias:

- I. Associados fundadores: aqueles que participaram da Assembleia de fundação da Associação PIPA (e rabiola), aprovando a respectiva ata;
- II. Associados efetivos: os que forem incorporados pela aprovação de 2/3 (dois terços) da Assembleia Geral Extraordinária, a partir da indicação do Conselho Consultivo e Técnico. Esta é a única categoria com direito a votar e a ser votada, nas Assembleias;
- III. Associados Voluntários: profissionais e estudantes nas áreas afins ao estudo e à investigação do autismo, que preencherem o Termo de Voluntariado da Associação PIPA (e rabiola), e aprovada a participação pelo Conselho Consultivo e Técnico. Esta classificação não implica em remuneração financeira, tampouco tem compromisso em contribuir financeiramente com a Associação;
- IV. Associados beneméritos: pessoas físicas e/ou jurídicas que, identificadas com os objetivos da Associação, solicitarem seu ingresso e contribuir com a instituição, através do trabalho voluntário e/ou doações valiosas para a Associação, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária;
- V. Associados honorários: os Coordenadores do Programa PIPA (e rabiola) e o Êxtimo, que sustentaram a Orientação Lacaniana que deu origem à Associação, pessoas físicas e/ou jurídicas que se destacarem no estudo da psicanálise de Orientação Lacaniana da AMP - Associação Mundial de Psicanálise e/ou na investigação do Autismo, contribuindo com as áreas de atuação da Associação;

Art. 9. São direitos dos Associados efetivos quites com suas obrigações financeiras e sociais:

- I. votar e ser votado para os cargos eletivos;
- II. tomar parte nas Assembleias Gerais Ordinárias e/ou Extraordinárias;
- III. propor a admissão de novos associados.

Art. 10. São deveres dos associados efetivos:

- I. responder jurídica e financeiramente pela Associação PIPA (e rabiola);
- II. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- III. acatar as decisões das Assembleias Gerais;
- IV. contribuir para a realização dos objetivos da entidade; e
- V. zelar pelo seu nome e integridade.

Art. 11. São deveres de todos os demais associados, os quais não respondem pelas obrigações sociais da Associação PIPA (e rabiola):

- I. cumprir as disposições estatutárias e regimentais;
- II. acatar as decisões das Assembleias Gerais;
- III. contribuir para realização dos objetivos da entidade;
- IV. zelar pelo seu nome e integridade;
- V. pagar as contribuições mensais de acordo com a determinação de cada categoria.

Art. 12. É possível a acumulação de categorias de associados, quando não houver incompatibilidade.

Art. 13. Perde-se a qualidade de associado:

- a) pela exclusão deliberada em Assembleia Geral Extraordinária;
- b) pelo desligamento voluntário;
- c) pela extinção da Associação na forma prevista no art. 47 desse Estatuto.

Art. 14. São motivos de exclusão da qualidade de associado:

- I. a prática de atos lesivos aos interesses e aos fins da Associação, ou que possam desonrá-la ou prejudicá-la.
- II. a violação intencional do Estatuto e do Regimento Interno da Associação e o não cumprimento das obrigações sociais que eles impõem.
- III. o não pagamento reiterado de contribuição caso não o realize após notificação por parte da Diretoria Executiva.

Parágrafo Único- A exclusão do associado far-se-á mediante aprovação de 2/3 dos votantes em Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 15. Nos casos previstos no Artigo 14, será dada a garantia de defesa ao arguido, cientificando-o com a antecedência de 10 (dez) dias, para que apresente seus

argumentos contraditórios em Assembleia Geral Extraordinária que tratará de sua exclusão.

Art. 16. Deliberada a exclusão nos termos previstos no art. 15, somente nova Assembleia Geral Extraordinária poderá readmitir o associado excluído, mediante aprovação de 2/3 dos votantes.

Art. 17. Qualquer associado poderá desligar-se da Associação, bastando, para tal, solicitar, por escrito, o desligamento ao Conselho Consultivo e Técnico, estando quites com as suas obrigações financeiras.

Capítulo III

DA ADMINISTRAÇÃO, DA ORGANIZAÇÃO, DO CONSELHO E DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 18. São instâncias que compõem a administração da Associação PIPA (e rabiola):

- I. assembleia Geral;
- II. conselho Consultivo e Técnico;
- III. diretoria Executiva;
- IV. conselho Fiscal.

Art. 19. A Associação não remunera seus dirigentes em qualquer categoria, mas o faz àqueles que prestam serviços específicos, em atividades profissionais dentro dos Programas administrados pela Associação PIPA (e rabiola), respeitados os valores praticados no mercado da região onde exercem suas atividades.

Capítulo IV

DAS ASSEMBLEIAS GERAIS

Art. 20. As Assembleias Gerais, instâncias soberanas da Associação PIPA (e rabiola), são compostas pelos associados efetivos em pleno gozo de seus direitos estatutários.

Art. 21. Compreendem as Assembleias Gerais:

- I - Ordinária
- II - Extraordinária

Art.22. Compete à Assembleia Geral Ordinária:

- I. aprovar a proposta de programação anual dos Programas e Projetos da Associação PIPA (e rabiola), submetida pelo Conselho Consultivo e Técnico;
- II. apreciar e aprovar o relatório anual da gestão, submetido pela Diretoria Executiva;
- III. discutir e homologar as contas e o balanço aprovados pelo Conselho Fiscal, referente ao exercício anual findo.

Parágrafo Único: A destituição dos administradores dependerá do voto de 2/3 dos votantes presentes à Assembleia especialmente convocada para esse fim, sendo

necessária a presença da maioria absoluta dos associados, em primeira convocação, e de 1/3 mais 1, dos associados nas convocações seguintes.

Art. 23. A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á uma vez por ano, sempre nos primeiros três meses do ano, de forma virtual e/ou presencial, guardando as determinações cartoriais.

Art. 24. Compete à Assembleia Geral Extraordinária:

- I. eleger e destituir os Conselhos Consultivo e Técnico, e Fiscal;
- II. eleger e destituir a Diretoria Executiva;
- III. admitir e excluir associados;
- IV. decidir sobre reformas do Estatuto por maioria absoluta dos associados;
- V. instituir e alterar códigos de conduta e regimento internos;
- VI. decidir sobre a conveniência de alienar, transigir, hipotecar ou permutar bens patrimoniais;
- VII. decidir sobre a instalação e extinção de um Projeto ou Programa administrado pela Associação;
- VIII. decidir sobre a extinção da Associação PIPA (e rabiola) nos termos do Artigo 47.

Art.25. A Assembleia Geral Extraordinária realizar-se-á de forma virtual e/ou presencial, quando convocada:

- I. Pelo Diretor Geral, junto com a assinatura dos demais membros da Diretoria Executiva;
- II. pelo Coordenador Técnico, junto com a assinatura dos demais membros do Conselho Consultivo e Técnico;
- III. por requerimento apresentado por 1/5 do total dos associados quites com as obrigações sociais e financeiras;

Art. 26. A Assembleia Geral Ordinária terá convocatória oficial por e-mail e/ou qualquer outro meio de comunicação com aviso de recebimento, enviado a todos os associados, com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos e se instalará com o “quorum” de ao menos 2/3 (dois terços) dos associados votantes, em primeira convocação e, com 1/3 (um terço) dos associados votantes, em segunda convocação.

Art. 27. A Assembleia Geral Extraordinária terá convocatória oficial por e-mail e/ou qualquer outro meio de comunicação com aviso de recebimento, enviado a todos os associados, com antecedência mínima de 07 (sete) dias corridos e se instalará com o “quorum” de ao menos 1/3 (um terço) dos associados votantes, em primeira convocação e, com qualquer número de votantes, em segunda convocação.

Capítulo V

DO CONSELHO CONSULTIVO E TÉCNICO

Art. 28. O Conselho Consultivo e Técnico será constituído obrigatoriamente pelos coordenadores responsáveis pela Orientação Lacaniana da AMP, nas frentes de trabalho

onde o Programa PIPA (e rabiola) ou qualquer outro Projeto ou Programa administrado pela Associação atuarem.

Art. 29. Compete ao Conselho Consultivo e Técnico:

- I. orientar, técnica e teoricamente, os Projetos e Programas administrados pela Associação PIPA (e rabiola);
- II. fomentar trabalhos relacionados às áreas de pesquisa;
- III. organizar comissões de trabalho para editar e publicar periódicos, livros, folhetos de conteúdo epistêmico;
- IV. supervisionar os pesquisadores, os estudantes e os estagiários (quando houver), em termos do trabalho e de publicação de artigos em nome do Programa ou Projeto do qual fizerem parte;
- V. eleger um Coordenador Técnico que será o Diretor-Presidente da Associação PIPA (e rabiola), com mandato de 2 (dois) anos, renovável por igual período, uma única vez;
- VI. eleger um subcoordenador Técnico que será o Diretor Vice-Presidente da Associação, com mandato de 2 (dois) anos, renovável por igual período, uma única vez;
- VII. fazer saber ao (à) Diretor (a) Geral da Associação, as decisões tomadas em reunião deste Conselho, através de ata simples, a fim de alinharem os objetivos de cada instância aos objetivos finais da Associação PIPA (e rabiola).

Art. 30. Compete a(o) Coordenador(a) Técnico(a):

- I. dar corpo à presidência da Associação PIPA (e rabiola) em suas funções;
- II. presidir a Associação PIPA (e rabiola);
- III. representar a Associação PIPA (e rabiola) ativa e passivamente, judicial e extrajudicialmente;
- IV. presidir as Assembleias Gerais;
- V. orientar os trabalhos do Conselho Consultivo e Técnico;
- VI. convocar reuniões do Conselho Consultivo e Técnico, presidindo as mesmas;

Art. 31. Compete a(o) Subcoordenador(a) Técnico(a):

- I. dar corpo à vice-presidência da Associação PIPA (e rabiola) em suas funções;
- II. substituir o coordenador técnico em todas as suas funções sempre que necessário, guardando os termos deste Estatuto.

Art. 32. Os membros do Conselho Consultivo e Técnico deliberarão, em colegiado, reunindo-se quantas vezes forem necessárias, sob a convocação do Presidente da Associação PIPA (e rabiola) ou por maioria de seus componentes.

Capítulo VI

DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 33. A Diretoria Executiva será eleita pela Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 02 (dois) anos, podendo ser renovável por igual período, uma única vez, por decisão da mesma Assembleia, será composta por Diretor (a) Geral, Diretor (a) Administrativo e Diretor (a) Tesoureiro (a).

Art. 34. Compete à Diretoria Executiva:

- I. elaborar e submeter à Assembleia Geral Ordinária a proposta de programação anual da Instituição;
- II. zelar pela realização da programação anual de atividades da Instituição, formando equipes de trabalho, aptas a executar a mesma;
- III. elaborar e apresentar à Assembleia Geral Ordinária o relatório anual;
- IV. apresentar as prestações de contas anuais da Diretoria Executiva ao Conselho Fiscal para sua apreciação;
- V. reunir-se com instituições públicas e privadas para mútua colaboração em atividades de interesse comum;
- VI. regulamentar as Ordens Normativas das Assembleias Gerais e emitir Ordens Executivas para disciplinar o funcionamento interno da Instituição;
- VII. adotar práticas de gestão administrativas, necessárias e suficientes a coibir a obtenção, de forma individual ou coletiva, de benefícios e vantagens pessoais, pelos dirigentes da entidade, seus cônjuges, companheiros, parentes colaterais ou afins, até o terceiro grau e, ainda, pelas pessoas jurídicas dos quais os mencionados anteriormente sejam controladores;
- VIII. estabelecer convênios, contratos e termos de parceria com entidades nacionais e internacionais, públicas e privadas, com vistas a implementar programas e projetos que atendam os objetivos e interesses da Associação PIPA (e rabiola);
- IX. receber o pedido de demissão dos associados e tomar as providências cabíveis.

Art.35. Os membros da Diretoria Executiva deliberarão, em colegiado, reunindo-se quantas vezes forem necessárias, sob a convocação do (a) Diretor (a) Geral da Associação PIPA (e rabiola) ou por maioria de seus componentes.

Art. 36. Compete ao (à) Diretor (a) Geral:

- I. administrar a Associação PIPA (e rabiola);
- II. contratar e distratar, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias;
- III. assinar, junto ao (à) Diretor (a) Tesoureiro (a), perante a instituição financeira responsável pela conta corrente da Associação;
- IV. cumprir e fazer cumprir este Estatuto e o Regimento Interno;
- V. convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- VI. nomear procuradores e delegar poderes para fins especiais em nome da Associação PIPA (e rabiola); e
- VII. fazer saber ao (à) Presidente do Conselho Consultivo e Técnico, as decisões tomadas em reunião da Diretoria Executiva, através de ata simples, a fim de alinharem os objetivos de cada instância aos objetivos finais da Associação PIPA (e rabiola).

Art. 37. Compete ao (à) Diretor (a) Administrativo (a):

- I. substituir o (a) Diretor (a) Geral em todas as suas funções, sempre de sua ausência ou vacância do cargo, exceto quanto aos compromissos bancários e financeiros que, nestas circunstâncias, ficará a cargo do Diretor(a) Tesoureiro(o), conforme parágrafo I, do artigo 38.
- II. secretariar as reuniões da Diretoria Executiva e das Assembleias Gerais e redigir as atas;
- III. publicar todas as notícias das atividades da entidade aos associados, em quaisquer categorias;
- IV. responder pelas funções administrativas da Associação; e
- V. supervisionar a execução e a qualidade dos resultados das atividades anuais propostas, junto à sua equipe de trabalho.

Art. 38. Compete ao (à) Diretor (a) Tesoureiro (a):

- I. assinar, junto ao (à) Diretor (a) Geral, perante a instituição financeira responsável pela conta corrente da Associação;
- II. Substituir o (a) Diretor (a) Geral quanto aos compromissos bancários e financeiros, quando da impossibilidade real deste e em acordo com o (a) Secretário (a) Administrativo (a);
- III. supervisionar os trabalhos de Tesouraria e os serviços contábeis, zelando pelo controle diário e transparente das contas da instituição;
- IV. arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados, rendas, auxílios e donativos, mantendo em dia a escrituração da Associação;
- V. cumprir os compromissos financeiros da Associação, em dia e de forma transparente;
- VI. contratar e distratar, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias, em acordo com o (a) Diretor (a) Geral;
- VII. apresentar relatórios de receitas e despesas, sempre que solicitado, tanto pelo Conselho Consultivo e Técnico, quanto pelos associados efetivos;
- VIII. emitir tabela simples de receitas e despesas, com saldo total da conta corrente da Associação, mensalmente, até o dia 15, para todos os associados, de maneira sucinta e transparente;
- IX. apresentar ao Conselho Fiscal a escrituração da Associação, incluindo os relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas;
- X. conservar, sob sua guarda e responsabilidade, os documentos relativos à tesouraria;
- XI. manter todo o numerário em estabelecimento de crédito.

Capítulo VII

DO CONSELHO FISCAL

Art. 39. O Conselho Fiscal será constituído por 03 (três) membros, sendo um, o Presidente e outro, vice-Presidente, eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, entre os associados da Associação, podendo também ser eleito algum representante da sociedade civil para compor este Conselho.

Parágrafo 1º. O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria Geral.

Art. 40. Compete ao Conselho Fiscal:

- I. examinar os livros de escrituração da Instituição;
- II. opinar sobre os balanços e relatórios de desempenho financeiro e contábil e sobre as operações patrimoniais realizadas, emitindo pareceres para os organismos superiores da Associação;
- III. requisitar ao (à) Secretário (a) Tesoureiro (a), a qualquer tempo, documentação comprobatória das operações econômico-financeiras realizadas pela Associação;
- IV. acompanhar o trabalho de eventuais auditores externos independentes; e
- V. solicitar a convocação, em caráter extraordinário, de uma Assembleia Geral.

Parágrafo Único – O Conselho Fiscal se reunirá ordinariamente a cada 12 (doze) meses e, extraordinariamente, sempre que necessário.

Capítulo VIII

DAS RECEITAS E DO PATRIMÔNIO

Art. 41. Constituem receitas e patrimônio da Associação:

- I. contribuições de pessoas físicas e jurídicas;
- II. doações e legados;
- III. auxílio, contribuições e subvenções de entidades ou diretamente da União, Estado, Município ou Autarquias;
- IV. termos de parceria, termos de cooperação, termos de colaboração, termos de fomento, convênios e contratos firmados com o Poder Público e/ou Privado, com instituições nacionais e internacionais, para financiamento de projetos;
- V. produto de operações de crédito, internas e externas, para financiamento de suas atividades;
- VI. os auferidos de seus bens patrimoniais, as receitas de qualquer natureza, inclusive as provenientes da venda de publicações e produtos, remuneração de trabalhos técnicos, resultado das atividades e comercialização, ou de outros serviços que prestar;
- VII. usufrutos que lhe forem conferidos;
- VIII. rendimentos decorrentes de títulos, ações ou papéis financeiros de sua propriedade;
- IX. receita de prestação de serviços;

- X. juros bancários e outras receitas financeiras;
- XI. captação de incentivos e renúncias fiscais;
- XII. outras fontes patrimoniais.

Art. 42. Todo o patrimônio e receitas da Associação PIPA (e rabiola) deverão ser investidos nos objetivos a que se destina a instituição, ressalvados os gastos despendidos e bens necessários a seu funcionamento administrativo.

Art. 43. No caso de dissolução da Associação, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da Lei 9.790/99, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Art. 44. Na hipótese da Associação PIPA (e rabiola) obter e, posteriormente, perder a qualificação instituída pela Lei 9.790/99, o acervo patrimonial disponível, adquirido com recursos públicos durante o período em que perdurou aquela qualificação, será contabilmente apurado e transferido a outra pessoa jurídica qualificada nos termos da mesma Lei, preferencialmente que tenha o mesmo objetivo social.

Capítulo IX

DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 45. A prestação de contas da Associação observará no mínimo:

- I. os princípios fundamentais de contabilidade e as Normas Brasileiras de Contabilidade;
- II. a publicidade, por qualquer meio eficaz, no encerramento do exercício fiscal, ao relatório de atividades e das demonstrações financeiras da entidade, incluindo as certidões negativas de débitos junto ao INSS e ao FGTS, colocando-os à disposição para o exame de qualquer cidadão;
- III. a realização de auditoria, inclusive por auditores externos independentes se for o caso, da aplicação dos eventuais recursos objeto de Termo de Parceria, conforme previsto em regulamento;
- IV. a prestação de contas de todos os recursos e bens de origem pública recebidos será feita, conforme determina o parágrafo único do Art. 70 da Constituição Federal.

Capítulo X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46. O exercício social da Associação PIPA (e rabiola) coincidirá com o ano civil, encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano.

Art. 47. A extinção da Associação PIPA (e rabiola) só será possível por decisão de Assembleia Geral Extraordinária, especialmente convocada para esse fim, que conte com a anuência de 2/3 (dois terços) de seus associados votantes presentes.

Art. 48. O presente Estatuto poderá ser reformado, a qualquer tempo, por decisão de 2/3 dos associados votantes presentes em Assembleia Geral Extraordinária especialmente convocada para esse fim, e entrará em vigor na data de seu registro em

Cartório.

Art. 49. Os casos omissos serão resolvidos pela Diretoria Executiva e referendados pela Assembleia Geral Extraordinária.

Art. 50. Fica eleita a Comarca da Cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Estatuto.

Vitória – ES, 09 de outubro de 2023.

Rachel Gomes Amin Feres de Freitas

Diretora Presidente

Bartyra Oliveira Ribeiro de Castro

Diretora Vice-Presidente

Renata Coelho Tavares Imperial

Diretora Geral

Maria Marta Rodrigues Ferreira

Diretora Administrativa

Regina Cheli Prati

Diretora Tesoureira

Lilian Beiguelman

Conselho Fiscal

Karla Maria Lopes de Carvalho Silva

Conselho Fiscal

Marlene Graziele Viana

Conselho Fiscal